

Grupo de Richa propõe taxaço de patrimônio e carros usados

BRASÍLIA — O grupo interpartidário liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) propôs ontem a criação de dois novos impostos no capítulo sobre sistema tributário da futura Constituição: um, sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas e outro sobre a venda de veículos usados. Segundo o deputado César Maia (PDT-RJ), a proposta do grupo, se aprovada, implicará transferência de 25% dos atuais recursos da União para estados e municípios.

O grupo reuniu-se novamente ontem na Comissão de Finanças do Senado e praticamente definiu a proposta de sistema tributário que apresentará como contribuição ao deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização (que poderá acabar ou não as sugestões). A reforma tributária será o principal assunto da sessão extraordinária de hoje à noite da Constituinte, que tratará das relações entre a União, estados e municípios.

Impostos — O grupo encurtou de 24 para 17 o número de artigos do capítulo sobre o sistema tributário do projeto que a Sistematização havia divulgado em julho. O Imposto Patrimonial Líquido sobre pessoas físicas, em cadernetas de quantia, ações, heranças ou o que viesse a ser definido em lei complementar, exceto imóveis (alvo de tributação pelo IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano)). Seria um imposto recolhido pela União.

O grupo sugeriu também um imposto sobre transmissão de veículos automotores usados, que substituiria o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). O deputado César Maia disse que o novo imposto evitaria a sonegação incontável de ICM nas operações de compra e venda de carros usados, hoje cobrada nas agências e revendas de veículos.

Sonegação — O novo imposto inibiria a sonegação, pois seria pago pelo novo proprietário no momento do registro do carro em seu nome. Lei complementar definiria o valor, em torno de 3% do valor da compra, segundo César Maia.

O grupo interpartidário propôs ainda que metade desse imposto deve ir para os municípios e a outra metade para os estados.

O grupo modificou a proposta da Comissão de Sistematização, que criou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que era um imposto estadual obtido pela soma do ICM com o ISS (Imposto sobre Serviços). Com o fim do IVA, o ISS voltou a ser um imposto municipal. Outro imposto eliminado pelo grupo foi o IVV (Imposto sobre Vendas no Varejo). Por fim, o grupo propôs o aumento do Fundo de Participação dos Municípios para 27% da arrecadação de ICM. Hoje essa alíquota é de 20% e a proposta da Sistematização previa 25%.

Palavra de ordem é negociar

Enquanto o plenário da Constituinte permaneceu vazio ontem, em outros locais do Congresso, deputados e senadores trabalharam duro, envolvidos nas negociações políticas em torno da nova Constituição. De manhã e à tarde, o grupo do senador José Richa — ele não gosta dessa denominação: "Parece vedetismo" — reuniu na Comissão de Finanças do Senado, continuou enxugando o texto do projeto da Comissão de Sistematização. Eles já suprimiram 200 dos 497 artigos e acreditam que cortarão mais uns 50 até o fim do dia de hoje, quando esperam concluir o trabalho.

Em outras salas, parlamentares que integram o grupo interpartidário que busca soluções negociadas para os pontos polêmicos da Constituinte, davam os últimos retoques nas propostas de emendas que começam a ser discutidas hoje, no auditório da Ala Flávio Marclio, do Senado. Até o dia 12, eles pretendem chegar a um consenso sobre a maioria dos temas — dos quais foram internacionalmente excluídos aqueles em que o acordo é impossível, como mandato presidencial e sistemas de governo e eleitoral.

Convergência — Os dois processos de negociação — um liderado por Richa, o outro impulsionado pela ala moderna do PFL e por setores progressistas do PMDB — até agora têm corrido paralelamente. Na próxima semana, porém, devem começar a convergir. O sena-

dor Virgílio Távora, que participa simultaneamente das duas iniciativas, garante que, "no final, elas vão se somar".

Richa, além disso, tem trocado informações o tempo todo com o deputado Euclides Scalco, um dos vice-líderes de Mário Covas encarregado das negociações no grupo interpartidário. Os dois, que mantêm excelentes relações — Scalco foi secretário de Richa, quando ele governou o Paraná —, encontraram-se ontem para conversar sobre os caminhos da negociação.

"Está tudo convergindo naturalmente", garantiu Richa. "O outro grupo trabalhou basicamente em cima dos pontos divergentes. Nós, ao contrário, tratamos de enxugar os pontos convergentes. Os dois trabalhos se completam." O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), outro vice-líder de Covas integrado ao grupo interpartidário, tem posição semelhante: "Não vejo contradição nenhuma entre os dois processos."

Embora alguns constituintes participem das reuniões das duas articulações, elas têm perfil diferenciado. No grupo interpartidário, a presença dos progressistas é maior; no outro, há maior peso dos conservadores. Apesar disso, a maioria aposta na convergência. "O clima predominante, hoje na Constituinte, é o da negociação", disse o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), ecoando uma posição encontrada em praticamente todos os partidos.

Cortar, tarefa de Tântalo

O código da primeira versão do trabalho do grupo de José Richa, impressa no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), é Tântalo — na mitologia grega, o rei que foi condenado ao suplício eterno de não comer nem beber, embora tendo alimento e água à vista, por haver matado o próprio filho e o oferecido aos deuses como iguaria. Os 32 senadores e deputados que compõem o grupo cortaram sem piedade, nessa primeira versão, nada menos que 200 dos 497 artigos do projeto da Comissão de Sistematização.

A tesoura funcionou nos dez títulos do projeto. Nos Princípios Gerais, nas Garantias Constitucionais, na Defesa do Estado, na Ordem Econômica, na Ordem Social e nas Disposições Transitórias, mais da metade dos artigos foi suprimida ou anexada a outros artigos.

Nas Disposições Transitórias, o projeto Tântalo suprimiu, por exemplo, a declaração de que os atos praticados pelo comando revolucionário de 1964 são suscetíveis de apreciação judicial; a criação dos estados de Tocantins, Santa Cruz, Triângulo e Maranhão do Sul; a extinção do instituto da enfiteuse; a ampliação da anistia; a manutenção da pensão vitalícia para os "soldados da borracha" (seringueiros mobilizados durante a II Guerra); a promoção a professor titular dos

professores adjuntos IV; a doação definitiva das terras de quilombos para os descendentes dos quilombolas.

No afã de cortar, porém, o grupo foi longe demais e suprimiu um novo cargo no Supremo Tribunal Federal, embora mantivesse a competência da Presidência da República e da Câmara para suprimilo. O artigo 276 do projeto Tântalo diz: "Dos quatro cargos de ministro do STF criados por esta Constituição, dois serão indicados pelo presidente da República e três pela Câmara Federal, sendo nomeados após a aprovação do nome pelo Senado da República". O grupo errou, inclusive, na denominação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Hoje, o projeto Tântalo deverá desaparecer de cena, depois de cumprir sua missão, com o corte de mais de 50 ou 60 artigos. Nascerá então o projeto Ícaro — denominação também retirada da mitologia grega. Ícaro, depois de fabricar asas com penas de pássaro e cera, voou alto e aproximou-se do Sol, que derreteu a cera e desfez as asas. Ele morreu na queda.

Tântalo e Ícaro são nomes provavelmente dados pelo senador José Richa. Na Comissão de Organização dos Estados, que presidiu, ele batizou o primeiro projeto com o código de Quasímodo, uma homenagem ao concunhado de Notre Dame.

Receita critica artigos sobre a tributação

BRASÍLIA — Num texto de 42 páginas, que está sendo distribuído a alguns constituintes, a Secretaria da Receita Federal contesta ponto por ponto praticamente todos os artigos sobre o sistema tributário nacional do projeto divulgado em julho pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Segundo o deputado César Maia (PDT-RJ), o principal inspirador do documento é o secretário do Tesouro, Andréa Calabi.

O documento aponta "uma drástica redução" da competência tributária da União, caso venha a ser aprovado o texto atual. Calcula, em documento anexo, que a perda de receita da União seria em torno de 26%, o que corresponderia, em 1987, a cerca de Cz\$ 158 bilhões. O texto relaciona os artigos do capítulo sobre sistema tributário do projeto da Sistematização e, ao lado, faz "comentários" sobre cada um deles.

Prejuízos — A crítica mais longa é ao artigo 270, que fixa os impostos que competem à União. O que a Receita mais lamenta é a transferência, prevista pelo projeto, dos impostos únicos sobre minerais, lubrificantes, energia elétrica e combustíveis, que iriam para os estados e o Distrito Federal. Esse tipo de imposto, segundo o documento, "é instrumento indispensável à implementação da política que confere à União o monopólio estatal do petróleo".

Diz ainda que esses impostos, transferidos aos estados, acarretariam "prejuízos a regiões menos desenvolvidas" diante da possibilidade de alíquotas diferenciadas para cada um deles. Essas alíquotas, sem controle da União, acrescentariam "um elemento perturbador" nas políticas federais de aproveitamento do subsolo, segundo o texto.

O comentário mais ácido é sobre o artigo 274, segundo o qual "as receitas tributárias pertencem incondicionalmente à pessoa de direito público dotada de competência para instituir o correspondente tributo, salvo determinação em contrário desta Constituição".

Retrocesso — O texto do governo responde: "É o artigo mais pomposo e vazio da Constituição. Assegura a competência plena. Todavia, essa competência é condicionada, eis que a União, estados e Distrito Federal vão vacilar diante da concessão de isenções e incentivos fiscais".

Afirma também que "representará retrocesso" o artigo 261, que permite à União, aos estados e ao Distrito Federal a criação de novos impostos, desde que não tenham natureza cumulativa com outros já existentes. Segundo o documento, "é enganoso entender-se que a competência residual concorrente fortalece os estados e o federalismo", pois "a criatividade tributária é limitada". E prevê "conflitos e litígios" entre diferentes impostos diante dessa possibilidade. Outro artigo bastante comentado pela Receita é o que prevê (artigo 277 do projeto de Sistematização) o aumento das alíquotas dos fundos de participação dos estados, municípios e Distrito Federal. Esta elevação, segundo a Receita, "vai enfraquecer financeiramente a União".

Aliança quer ver projeto antes de ir ao plenário

BRASÍLIA — Os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel, encontraram um meio prático de dar um novo fôlego à Aliança Democrática. Depois de 40 minutos de conversa — a terceira nas últimas duas semanas — eles concordaram em que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, terá prazo até o dia 15 para apresentar aos dois partidos um rascunho do anteprojeto que irá a plenário.

Eles enfrentaram dois problemas: o primeiro é que o prazo limite para apresentação de emendas se encerrará no dia 13. Portanto, os dois partidos que compõem a Aliança Democrática não poderiam ter acesso ao documento antes daquele dia. E o outro problema, também prático, está em que os trabalhos do relator estão muito atrasados e dificilmente serão concluídos na data prevista. Aliás, tanto Ulysses quanto Maciel fizeram comentários, durante a conversa de ontem, a respeito da lentidão com que o anteprojeto está sendo redigido.

Consenso de 60% — O acordo que PFL e PMDB concluíram, através de seus presidentes, prevê que o anteprojeto de Cabral deverá incorporar os principais itens do consenso que vai se armando na Constituinte. O objetivo, no primeiro momento, é fazer com que o

texto chegue ao plenário da Comissão de Sistematização, no próximo dia 23, com 60% já aprovados pelo consenso suprapartidário. Depois, durante os debates, os dois partidos tentarão ampliar o consenso e somente os assuntos sobre os quais não houver concordância irão para a disputa no voto.

Maciel disse que o objetivo é fazer "uma boa Constituição, que seja produto de entendimento e não resultado da votação organizada por facções ou grupos". Ele afirmou que o "dr Ulysses participa destas mesmas apreensões". O presidente do PMDB disse que vai procurar o relator Bernardo Cabral, para pedir que apresente o relatório no dia 15.

Depois que PMDB e PFL se estabeleceram, os demais partidos serão convidados a integrar o pacto político. Ontem, na biblioteca da câmara, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) trabalhou ativamente no estudo das disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário. Ele, que é relator-adjunto do anteprojeto, já conversou com políticos de outros partidos e acredita que irá integrar o esforço em favor do entendimento.

O senador Marco Maciel, que é presidencialista, voltou a afirmar que os trabalhos dos diversos grupos suprapartidários que se formaram serão aproveitados como subsídios para o acordo geral.